

O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014).

Natalia Maciel – IESP/Uerj – nmaciel@iesp.uerj.br

Tiago Ventura – IESP/Uerj – tiago.ventura@iesp.uerj.br

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015. Panel organizado por Espacio Alacip - Grupo de Investigación en Análisis Espacial

Introdução

Em outubro de 2014, Dilma Rousseff reelegeu-se Presidente da República do Brasil. O ineditismo nesta eleição foi a constante alternância da liderança dos candidatos nas pesquisas eleitorais. Em momentos diferentes a eleição pareceu decidida para três candidatos diferentes. O que não houve de inédito foi a quarta vitória consecutiva do Partido dos Trabalhadores, a disputa centralizada entre petistas e tucanos e a manutenção do padrão das bases eleitorais dos candidatos petistas desde as eleições de 2006.

As vitórias eleitorais do PT à Presidência geraram diversas análises em estudos de comportamento eleitoral aqui e alhures, em especial, dedicados a mudança da base eleitoral na reeleição de Lula, destacando variáveis como suas novas características demográficas, suas bases de sustentação e suas consequências ao quadro político brasileiro (Hunter e Power, 2007, Zucco, 2008, Nicolau e Peixoto, 2007, Carraro et al., 2007, Singer, 2012, Zucco e Samuels, 2014, Soares e Terron, 2008). A síntese destes estudos é a demonstração de que os votos petistas migraram, com maior intensidade a partir de 2006, para Estados das regiões norte e nordeste do País (Hunter e Power, 2007), distribuindo-se em municípios com menor renda per capita, indicadores mais baixos de desenvolvimento humano, menor taxa de urbanização e menor densidade populacional (Zucco, 2008, Soares e Terron, 2008, Nicolau e Peixoto, 2007). Esta literatura convergiu para a defesa do programa Bolsa Família como variável explicativa mais importante desta alteração (Nicolau e Peixoto, 2007, Zucco, 2008, Zucco e Power, 2013, Soares e Terron, 2008, Zucco, 2013).¹ Estas características repetiram-se nas eleições seguintes quando o partido teve Dilma Rousseff como candidata (Nicolau, 2015).

Estes estudos focaram nos votos presidenciais do PT, com poucos trabalhos se dedicando a analisar os resultados eleitorais do partido à Câmara dos Deputados. Suprir esta lacuna é nosso objetivo. Pretende-se investigar a composição econômica, social e geográfica dos votos do PT para a Câmara Federal no período de 1994 até 2014. Nossa hipótese é de que a votação do PT para Câmara vem passando por mudanças em sua distribuição espacial e socioeconômica, afastando-se dos principais centros urbanos do país e caminhando rumo a cidades de menor densidade populacional e de renda mais baixa. Esse movimento mostraria um reencontro, lento e gradativo, dos votos petistas com o novo perfil da base eleitoral de seus candidatos a presidente.

Para verificar a evolução das bases eleitorais do PT, o município será tomado como unidade de análise. Em primeiro lugar, será realizada uma exploração descritiva das características demográficas dos municípios em que os candidatos do PT à Câmara tiveram bom desempenho. Objetiva-se nesta análise verificar como evoluiu o voto petista tomando como base a densidade populacional dos municípios e sua distribuição regional.

A seguir, com intuito de analisar a influência de variáveis socioeconômicas e políticas sobre a votação do partido, serão realizados modelos de regressão longitudinal incluindo as seis eleições compreendidas no período entre 1994 e 2014. A variável dependente será a porcentagem de votação do PT para a Câmara dos Deputados por município brasileiro. Variáveis independentes como renda per capita, densidade populacional, educação e porcentagem de população urbana foram incluídas nos modelos a fim de analisar o impacto das variáveis socioeconômicas. No que tange as variáveis políticas, serão gerados modelos com indicadores do recebimento de Bolsa

¹ Cf. Bonn (2011) para verificar uma posição contrária ao papel do Bolsa Família no ciclo eleitoral brasileiro.

Família, presença de prefeito e governador do PT, a votação do candidato a presidente e governador no município e a posição frente ao governo federal (oposição de 1994 a 2002 e situação de 2006 a 2014).

O artigo é composto por quatro seções, além desta introdução e uma conclusão. A é primeira dedicada à revisão da literatura e a contribuição teórica trazida neste artigo em relação ao tema do *lulismo* e do *petismo*; a segunda apresenta uma análise descritiva das características dos municípios em que o PT se destacou eleitoralmente. A terceira descreve os métodos que serão utilizados. Por fim, são apresentados os modelos longitudinais e o impacto das variáveis socioeconômicas e políticas na explicação do voto petista. O artigo encerra com uma pequena conclusão acerca dos resultados, as consequências destes achados e os desafios futuros à melhor compreensão do desempenho eleitoral do PT.

1. Distribuição espacial dos votos dos candidatos a presidentes e do PT. Dois fenômenos convergentes.

O *lulismo* e o *petismo* foram dois dos conceitos mais abordados na década recente pela ciência política brasileira, seja com análises considerando mais centralmente seus aspectos ideológicos (Singer, 2012, Samuels e Zucco, 2014, Rennó e Cabello, 2010, Ricci, 2010) ou aquelas dedicadas a interpretar as suas características do ponto de vista do comportamento eleitoral (Hunter e Power, 2007, Zucco, 2008, Nicolau e Peixoto, 2007, Carraro et al., 2007).

André Singer (2012) elaborou a produção acadêmica mais proeminente acerca do *lulismo* e sua relação com o *petismo*. O autor o define como um realinhamento eleitoral concretizado nas eleições de 2006. Nele, setores mais empobrecidos da sociedade brasileira aderiram à figura do Presidente Lula como resultado da adoção, no primeiro mandato, de uma agenda de redução da miséria e manutenção da ordem econômica. Os setores mais escolarizados e de maior renda, base tradicional da eleição de Lula em 2002, afastaram-se em decorrência das denúncias de corrupção em 2005.

Para Singer (2012), o PT não acompanhou a inserção de seu candidato a Presidência da República nas camadas mais populares, pois ainda manteve suas bases eleitorais tradicionais nas eleições de 2006. No aspecto ideológico, o *petismo* também ocuparia espaço distinto da gramática moderada do *lulismo*, mantendo, ainda que de forma conflituosa, traços programáticos mais radicais característicos do seu processo de fundação. Em outras palavras, o *petismo* e o *lulismo* teriam ocupado espaços ideológicos e eleitorais distintos.

A conceitualização proposta por Singer (2012), sobretudo a disjuntiva ideológica operada entre *lulismo* e *petismo*, será alvo de diversas críticas. Dentre elas, está a leitura de Zucco e Samuels (2014) que definem o *lulismo* como um sentimento fraco ideologicamente e derivado em grande parte de avaliações retrospectivas ligadas ao desempenho governamental de Lula no primeiro mandato. Tal conclusão baseia-se tanto em estudos que indicam convergências entre ideologia dos simpatizantes de Lula e as bandeiras históricas do PT (Nunes et al., 2010, Samuels, 2008), como em pesquisas de opinião que evidenciam a convergência ideológica entre simpatizantes de Lula e simpatizantes do PT (Rennó e Cabello, 2010). Tais achados refutariam parte da tese de Singer (2012) de que *petismo* e *lulismo* teriam bases ideológicas distintas. A partir destas críticas, os autores propõem a compreensão de que suas bases ideológicas seriam similares e estariam presentes desde a fundação do PT: a construção de uma estratégia não revolucionária para a ampliação da igualdade e da participação política na

democracia brasileira. Portanto, não faria sentido pensar na disjuntiva ideológica proposta em Singer (2012).

Constituindo-se como um fenômeno ideológico similar, resta a Zucco e Samuels (2014) explicarem a segunda parte da tese de Singer (2012) que se refere a separação eleitoral entre *lulismo* e *petismo* nas eleições de 2006. Eles o fazem recorrendo a tese de que em sistemas presidencialistas multipartidários, haveria uma tendência de eleitores pobres brasileiros atribuírem responsabilidade em melhorias em suas condições de vida ao presidente em exercício e não ao seu partido. Portanto, a compreensão do *lulismo* e do *petismo* como um movimento ideológico de raízes similares como defendem Zucco e Samuels (2014), não deve levar a conclusão automática de que apoiadores da figura pública do presidente Lula se converteriam automaticamente em simpatizantes do PT por conta, sobretudo, das características do sistema eleitoral brasileiro. Reconhecendo isto, segundo os autores, estaria em curso uma tendência, incentivada pela direção do PT, de se aproximar cada vez mais do perfil do eleitor *lulista*, investindo na expansão de sua estrutura partidária e sua base de filiados. Se bem sucedida, tal estratégia levaria ao encurtamento da distância percebida nas eleições de 2006 entre os eleitores dos presidenciáveis petistas e seus candidatos à Câmara Federal, fazendo com que *lulismo* e *petismo* conformassem um movimento mais próximo do ponto de vista eleitoral.

Apesar da diferença na caracterização do *lulismo*, as conclusões de Singer (2012) apontam caminho similar do descrito por Zucco e Samuels (2014) no que tange a aproximação com o *petismo*. Singer (2012) prevê para o período pós-2006 um movimento crescente de adesão do *petismo* ao *lulismo*. Este fenômeno já seria perceptível em estudos que indicam a perda da identificação ideológica de simpatizantes do PT com a esquerda e o crescimento no apoio ao PT nas classes mais populares e menos escolarizadas (Veiga, 2007; Venturi, 2010, Samuels, 2008).

Em síntese, apesar da divergência no diagnóstico, os dois estudos preveem futuro semelhante ao PT. Seja por esforço partidário, como indica Zucco e Samuels (2014), seja por pressão do *lulismo* no interior do PT, como aponta Singer (2012), os anos seguintes seriam de crescente identidade entre apoiadores do partido e de seus candidatos à presidência. Investigar se tal aproximação se materializou do ponto de vista eleitoral é um desafio ainda ausente na literatura, por isto, constitui-se como objetivo deste trabalho. Sua comprovação é central para a compreensão da dinâmica atual do PT. O partido mudou seu perfil eleitoral? Afastou-se dos centros urbanos e dos seus espaços tradicionais de atuação? Passou a angariar maior sucesso eleitoral em áreas com menor renda? O *petismo* e o *lulismo* se reencontraram do ponto de vista eleitoral? São perguntas ainda em aberto.

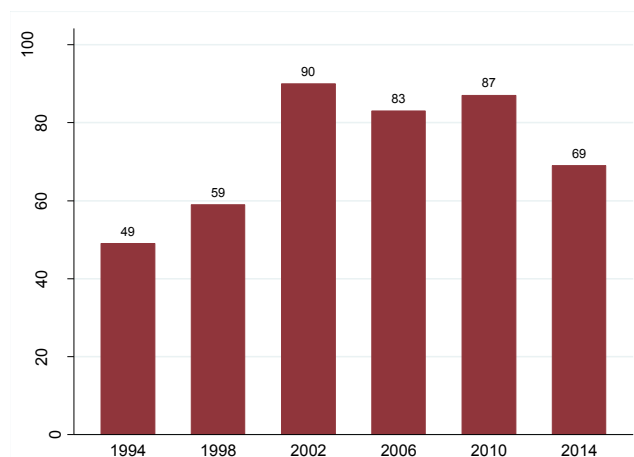
Há um estudo dedicado exclusivamente a este tema – *As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio* – de Sonia Terron e Gláucio Soares (Soares e Terron, 2010). Outros trabalhos tratam do voto do PT somente de forma lateral, analisando-o como um elemento em pesquisas que, todavia, possuem como foco principal a compreensão do voto à presidência (Hunter e Power, 2007, Zucco, 2008). Estes poucos trabalhos chegaram às mesmas conclusões mencionadas previamente: a mudança da geografia do voto *lulista* não atingiu o voto petista à Câmara Federal em 2006. Soares e Terron (2010) concluem que existe um divórcio entre *lulismo* e *petismo* em 2006, a partir da utilização de técnicas de econometria espacial, indicando que houve uma separação no território eleitoral ocupado por Lula e pelo PT.

Acreditamos, contudo, que esta explicação é um retrato específico das eleições de 2006. Resta agora investigar se, incorporando as eleições de 2010 e 2014 nas análises, o *petismo* convergiu ou não rumo as novas bases eleitorais de seus presidentes.

2 – A votação do PT para a Câmara dos Deputados: uma análise descritiva de seis eleições.

O PT ampliou consideravelmente a sua presença na Câmara dos Deputados nas últimas seis eleições. Essa ampliação, contudo, não foi constante, apresentando recuos e recuperações ao longo do tempo. O gráfico 1 abaixo mostra a tendência crescente da presença do partido nesta casa legislativa nas eleições da década de 1990, alcançando o seu ápice em 2002, ano em que chega à Presidência da República com a eleição de Lula. O partido perde representação na Câmara nas eleições de 2006 com a redução de 7 deputados com relação à legislatura anterior², provavelmente como consequência do escândalo de corrupção do mensalão que veio à tona no ano anterior (Singer, 2012). Houve uma breve recuperação no número de eleitos no ano de 2010, porém, o decréscimo foi considerável em 2014 totalizando 69 deputados eleitos.

Gráfico 1 – Número de deputados eleitos para a Câmara dos Deputados do PT por ano eleitoral no momento da posse.

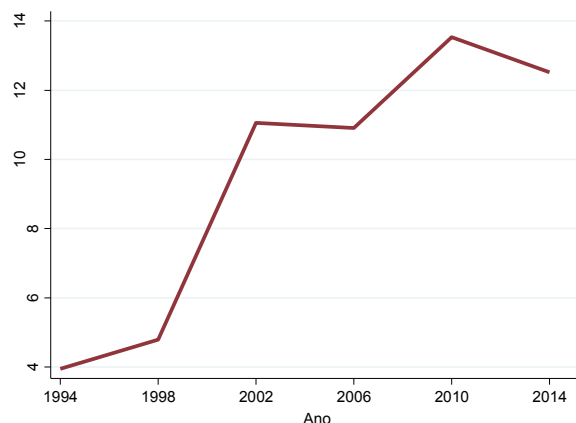


Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração dos autores.

A votação do partido para a Câmara dos Deputados apresenta evolução semelhante. O gráfico 2 abaixo mostra uma crescente votação do partido nos municípios entre os anos de 1994 e 2002. Em 2006 houve uma pequena redução, seguida de uma recuperação em 2010 e um decréscimo na votação de 2014. Apesar da queda no último ano, a votação do PT nos municípios permanece em patamares superiores aos observados nas eleições anteriores à 2010.

² A comparação leva em conta o número de deputados no momento da posse. Não foi consideradas possíveis migrações partidárias ao longo das legislaturas.

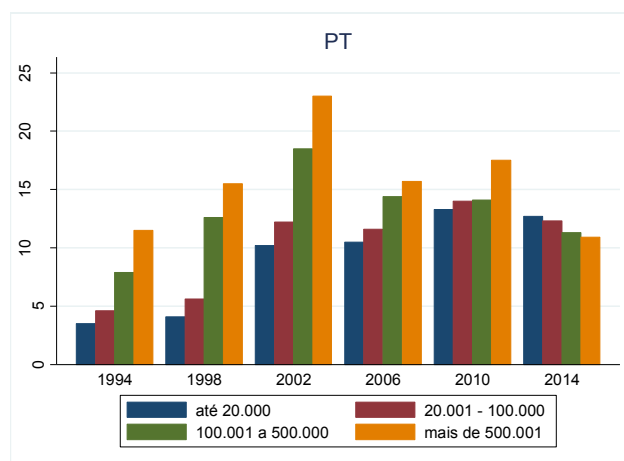
Gráfico 2 – Porcentagem média de votação do PT para a Câmara dos Deputados por município e ano.



Fonte: TSE, CEM/CEBRAP. Elaboração dos autores.

Atestado o crescimento da votação do partido nas últimas seis eleições, cabe analisar aonde este crescimento foi mais importante, ou seja, qual é o perfil dos municípios que mais contribuíram para o desempenho eleitoral do PT na votação para a Câmara dos Deputados. Esta análise serve ao objetivo de compreender se há uma mudança nas características demográficas dos municípios em que o PT atingiu melhor desempenho ao longo das seis eleições. O gráfico 3 abaixo apresenta a evolução em anos da porcentagem média de votação do partido nos municípios, que foram divididos por faixas de população.

Gráfico 3 – Porcentagem média da votação do PT para a Câmara dos Deputados nos municípios por faixas de população e ano.



Fonte: TSE, CEM/CEBRAP, IBGE. Elaboração dos autores.

Observa-se que nos primeiros anos analisados, entre 1994 e 2006, o PT recebeu percentual maior de votação em cidades maiores, com mais que 100.000 habitantes. O ano de 2010 começa a apresentar uma mudança nesta tendência; o partido tem praticamente a mesma votação média nos municípios das primeiras três faixas de

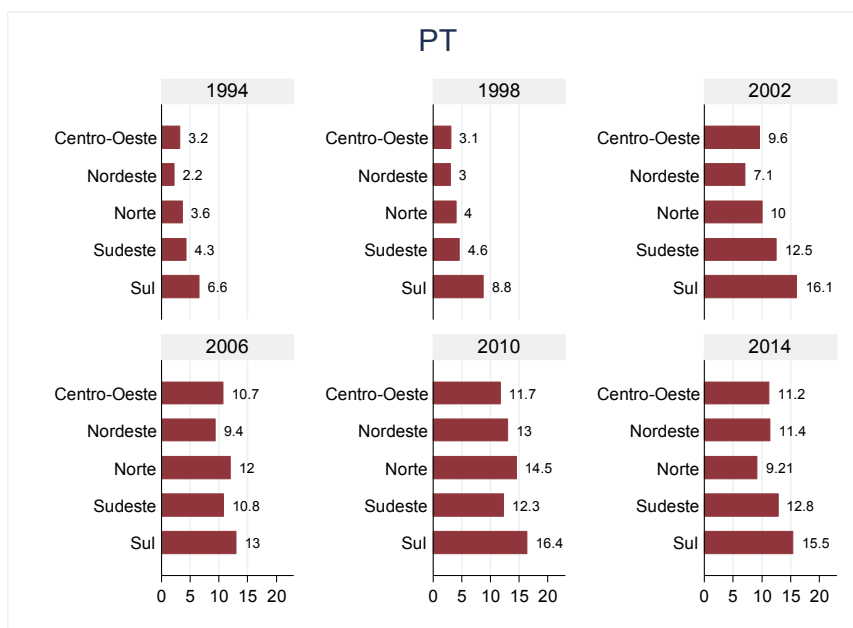
população, apesar de ainda ser mais votado nas cidades com mais de 500.000 habitantes.

O ano de 2014 apresenta uma mudança importante na base demográfica dos votos petista: pela primeira vez o partido passa a ser mais votado em cidades menores. Ele é ligeiramente mais votado nos menores municípios brasileiros, com até 20.000 habitantes, seguido dos municípios da segunda faixa que compreende as cidades entre 20.001 e 100.000 habitantes.

Os dados indicam que, a partir de 2006, o PT passa a melhorar paulatinamente seu desempenho em municípios de menor densidade populacional. Esta mudança é mais acentuada na eleição de 2014. Por outro lado, neste mesmo ano o partido reduz seu desempenho nas cidades com mais de 500.000 habitantes. Estes resultados convergem com os diagnósticos realizados sobre os votos *lulistas* e sua relação com a densidade populacional dos municípios (Nicolau e Peixoto, 2007).

A análise descritiva da votação segundo o tamanho populacional da cidade indica uma mudança na votação do PT rumo a municípios de menor densidade populacional. Cabe investigar se houve alteração importante desta distribuição entre as regiões do país, conforme ocorrido com os votos dos candidatos à presidente do partido. O gráfico 4 abaixo mostra a porcentagem média da votação do partido nas cinco regiões por ano eleitoral.

Gráfico 4 - Porcentagem média da votação do PT para a Câmara dos Deputados nos municípios por região e ano.



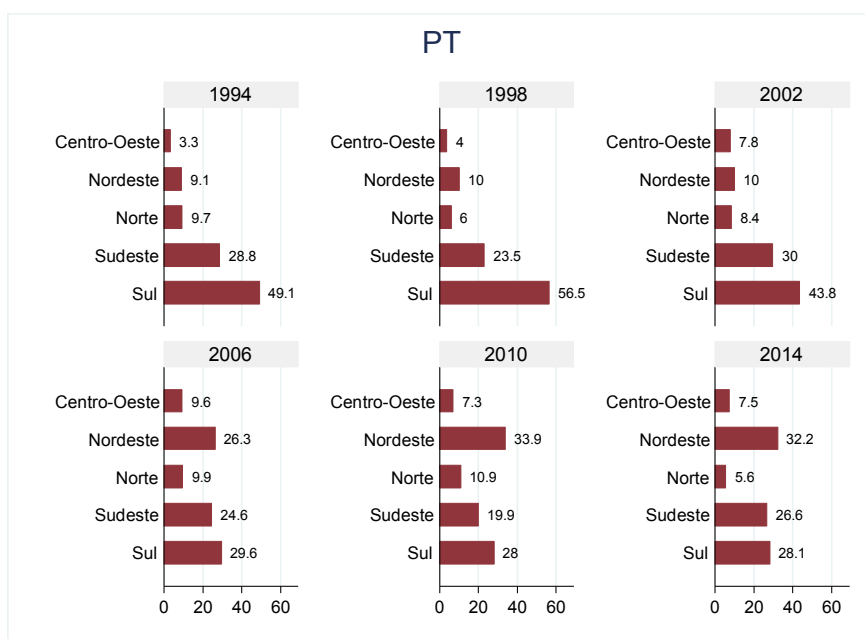
Fonte: TSE, CEM/CEBRAP. Elaboração dos autores.

A porcentagem média da votação nas regiões não apresenta diferenças consideráveis entre elas. Entre 1994 e 2002 a região sul apresentou porcentagem maior de votos em seus municípios no PT, mas as demais regiões não apresentaram diferenças relevantes. Vale destacar que o partido teve aumento expressivo de sua votação em todas as regiões do país, em especial nas regiões sul e sudeste. A partir de 2006 o crescimento do partido na Câmara dos Deputados reduziu a diferença no percentual de

votação entre a região sul e as demais regiões. Tendo em vista a pequena diferença de votação em pontos percentuais entre as regiões pode-se dizer que a distribuição da porcentagem média dos votos foi praticamente uniforme por todo o país a partir do ano de 2006, tornando o PT um partido mais nacionalizado.

O crescimento da porcentagem média nos municípios foi regular nas cinco regiões. Porém, municípios com votação acima da média são especialmente relevantes para o desempenho do partido. Tendo em vista a competição acirrada em um sistema eleitoral proporcional de lista aberta, espera-se que as porcentagens das votações nos municípios não sejam altas como nas eleições majoritárias para cargos Executivos. Desta forma, municípios que apresentam votação acima da média do partido podem ser considerados importantes territórios eleitorais. Ao analisar estes municípios buscamos verificar se no decorrer das eleições houve alteração nos territórios eleitorais em que o PT teve resultados acima da sua média nacional. O gráfico 5 abaixo mostra a porcentagem de municípios de cada região que apresentaram votação acima de um desvio-padrão da média do partido em cada ano eleitoral.

Gráfico 5 – Porcentagem de municípios por região do país com votação no PT para a Câmara dos Deputados com valor igual ou maior que um desvio-padrão acima da média por ano.



Fonte: TSE, CEM/CEBRAP. Elaboração dos autores.

Observa-se no gráfico uma mudança relevante no desempenho eleitoral do partido. Entre os anos de 1994 e 2002 as bases territoriais de apoio do PT se concentravam nas regiões sul e sudeste. A partir de 2006 os municípios da região nordeste passam a despontar como territórios importantes para o partido, enquanto as regiões sul e sudeste chegam a perder metade do território eleitoral. Essas duas regiões continuam apresentando porcentagens altas em comparação com as demais, contudo, em comparação com as primeiras três eleições a perda de municípios com alta votação no PT é significativa. Em contrapartida, o partido ampliou em três vezes a sua presença no nordeste nas últimas três eleições, convergindo, portanto, com os resultados

encontrados acerca do voto dos candidatos petistas à presidência. (Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008; Nicolau, 2015). A diferença está na região norte do País, em que o partido não acompanha o bom desempenho de seus candidatos à presidência.

Em suma, a análise descritiva demonstra um crescimento da votação do PT por todo o país, porém, com peculiaridades. A porcentagem média da votação nos municípios cresce em cidades com menor número de habitantes, a partir de 2006. Em 2014, pela primeira vez, o PT tem desempenho eleitoral superior em cidades com menos de 20.000 habitantes. Além disso, a partir de 2006 os municípios do nordeste tornam-se, gradativamente, os territórios eleitorais de melhor desempenho na votação do partido para Câmara dos Deputados. Em outras palavras, os votos petistas passam a migrar para municípios na região nordeste e com reduzida densidade populacional, seguindo, com peculiaridades, a trajetória do voto lulista.

3 – Métodos e tratamento dos dados.

A fim de analisar o desempenho eleitoral do PT e o efeito de variáveis socioeconômicas e políticas construímos um banco em painel em que as unidades de análise são os municípios em cada ano eleitoral. Uma vez que o número de unidades varia por causa da criação de municípios durante o período analisado, fizemos uma adaptação para que todos os anos tivessem os mesmos municípios, o que permite a comparação ao longo do tempo. Utilizamos a malha municipal de 2007 com 5564 municípios para a qual existem códigos de compatibilização entre os municípios de origem e os criados entre os anos de 1994 e 2006³. Ajustamos o banco repetindo os dados dos municípios de origem para os municípios criados a partir deles. Para os municípios que surgiram de mais de um município de origem, repetimos os dados do primeiro município de origem. Ao total foram 543 municípios ajustados, totalizando menos de 2% do banco de dados. Os seis municípios criados a partir de 2010 não foram acrescentados na análise. Após o ajuste obtivemos um banco em painel com um total de 33384 casos (5564 municípios em seis eleições).

Para avaliar o efeito das características socioeconômicas dos municípios sobre o voto do PT para a Câmara foram incluídas as seguintes variáveis: porcentagem de população urbana, densidade populacional (log), escolaridade (porcentagem de adultos com 18 anos ou mais que completaram o ensino fundamental) e renda per capita (log). Os dados referentes aos anos de 1994, 2002 e 2010 são referentes aos censos 1991, 2000 e 2010 respectivamente. Os dados foram interpolados para os anos de 1998 e 2006. Para 2014 são repetidos os dados do censo 2010.

Para verificar a influência de variáveis políticas foram incluídas nos modelos as porcentagens de votação recebidas pelo candidato à Presidência e aos governos de estado do mesmo partido no primeiro turno de cada eleição. Buscamos avaliar com essas variáveis se as candidaturas para os cargos executivos alavancam a votação para a Câmara. Também foram incluídas dummies para a posição frente ao governo federal, para a presença de governador de estado e de prefeito do município do mesmo partido no momento da eleição.

Elaboramos modelos complementares a fim de verificar o efeito do programa Bolsa Família sobre o voto. Para isso criamos uma variável que busca medir o impacto do recebimento do benefício sobre a renda per capita dos municípios. Assim,

³ Agradecemos à Sonia Terron por ter cedidos os códigos de compatibilização do IBGE.

calculamos a média do valor recebido pelo município nos anos anteriores à eleição e dividimos sobre o valor de sua renda per capita⁴. Com isso estamos tentando avaliar o quanto o programa impacta a renda e, por sua vez, o quanto este impacto tem efeito na votação do partido na Câmara.

Dados temporais organizados em painel podem violar os pressupostos da regressão de mínimos quadrados ordinários (OLS) de homocedasticidade e ausência de autocorrelação do termo de erro. Para superar essas dificuldades elaboramos modelos de mínimos quadrados generalizados com efeitos fixos, que controlam a heterogeneidade das variáveis não observadas no modelo que são constantes ao longo do tempo⁵. O modelo é representado matematicamente na equação a seguir:

Equação 1:

$$y_{it} = \mu_t + \beta X_{it} + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$i = 1, \dots, 5564$ municípios, analisados em seis grupos de anos eleitorais

$t =$ tempo, que são os seis anos eleitorais (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014).

$X =$ conjunto de variáveis independentes

$\alpha =$ efeito fixo

$\varepsilon =$ erro padrão

Os modelos longitudinais, no entanto, analisam o efeito das variáveis no conjunto dos anos. Para verificar se houve continuidade ou mudança nestes efeitos ao longo do tempo elaboramos modelos complementares com interações entre variáveis dummy que indicam os anos eleitorais e cada uma das variáveis demográficas.

⁴ Nesta média foi incluído o valor total de Bolsa Família recebido no ano da eleição. O banco de dados fornecido pelo Ministério da Assistência Social discrimina o valor total recebido em cada ano, não sendo possível retirar deste montante o valor referente aos meses de novembro e dezembro, ou seja, os meses após as eleições. No entanto, os valores recebidos no ano eleitoral são de suma importância e não poderiam ser retirados da análise. Assim, optou-se por incluir o valor total recebido no ano eleitoral no cálculo das médias, mesmo que os valores recebidos nos dois últimos meses do ano não tenham influência na decisão do voto no momento das eleições no mês de outubro.

⁵ O termo α_{it} é o efeito combinado na variável dependente y de todas as variáveis não observadas no modelo elaborado. Este termo (α_{it}), por ser composto por variáveis não incluídas no modelo, pode estar relacionado com as variáveis independentes controladas ou não. Neste sentido, ele pode apresentar efeitos fixos e se correlacionar com as variáveis independentes observadas no modelo, sendo constantes ao longo do tempo, ou pode ser composto por variáveis aleatórias que não tem relação com as demais variáveis e se apresentam variações ao longo do tempo. Para determinar que tipo de modelo GLS a ser utilizado, se de efeito fixo ou aleatório, é necessário realizar o teste de Hausman que testa a hipótese nula de que não existe diferença entre os dois modelos, de forma que os coeficientes são similares. A hipótese alternativa é que a estimação dos dois modelos é diferente; neste caso o modelo de efeito fixo deve ser aplicado. Todos os modelos apresentados na próxima seção apresentaram valores de teste de hausman altos e estatisticamente significativos, por isso escolhemos elaborar modelos de efeitos fixos ao invés de aleatórios. Os modelos aleatórios foram suprimidos deste artigo por questão de espaço. Eles estão disponíveis para acesso com os autores.

Interações multiplicativas podem ser utilizadas quando houver uma hipótese condicional em que se espera que a relação entre duas ou mais variáveis depende do valor de uma terceira variável. Na análise que estamos realizando queremos saber, por exemplo, se a variável independente renda per capita pode estar associada ao aumento ou decréscimo na variável dependente porcentagem de votação para a Câmara a cada ano eleitoral. Porcentagem de votação e renda per capita são variáveis contínuas, enquanto as dummies de ano eleitoral são variáveis dicotômicas que tem o valor 1 quando a condição está presente (se a dummy se refere ao ano de 1998, por exemplo, ela terá o valor 1 em todos os casos referentes a este ano) e zero se está ausente (em todos os demais casos que não se referem ao ano que a dummy está controlando). Se a hipótese for que o aumento em uma unidade da variável independente X representa um aumento na dependente Y na presença de Z, ela pode ser representada matematicamente da seguinte forma no modelo GLS apresentado anteriormente:

Equação 2:

$$y_{it} = \mu_t + \beta_1 X + \beta_2 Z + \beta_3 XZ + \alpha_{it} + \varepsilon_{it}$$

Os coeficientes dos termos das interações multiplicativas, no entanto, não apresentam o efeito marginal de cada variável independente como em modelos de regressão lineares aditivas. Ele apenas captura o efeito de X em Y quando Z é zero, e vice-versa. Portanto, é necessário calcular o efeito marginal de X em Y para valores substantivos da variável condicionante Z. Gráficos serão elaborados para ilustrar este efeito marginal.

4– Resultados

Elaboramos ao todo seis modelos. No primeiro modelo, variáveis socioeconômicas e políticas foram testadas conjuntamente. No segundo apenas as socioeconômicas foram incluídas e no terceiro apenas as políticas. Os modelos 4 e 5 avaliam a mudança ao longo do tempo das variáveis socioeconômicas que foram estatisticamente significativas nos modelos 2, incluindo as interações destas variáveis com as dummies de ano. Por fim, o modelo 6 avalia o impacto do programa Bolsa Família controlando por todas as variáveis, socioeconômicas e políticas. A tabela 1 a seguir discrimina os resultados dos três primeiros modelos.

Tabela 1 – Modelos de Mínimos Quadrados Generalizados com Efeitos Fixos –
Variável dependente: porcentagem da votação para a Câmara dos Deputados por
município e ano do PT⁶

| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| População Urbana (%) | 0,01*** (0,00) | 0,20*** (0,00) | — |
| Densidade Populacional (hab/km ²) | 1,12 (0,15) | 0,90 (0,17) | — |
| Escolaridade (%) | 0,005 (0,01) | -0,20 (0,01) | — |
| Renda per Capita | 0,77 (0,27) | 5,47*** (0,3) | — |
| Votação do Candidato à Presidência | 0,09*** (0,00) | — | 0,09*** (0,00) |
| Participação no Governo | 0 (omitido) | — | 0 (omitido) |
| Presença de Governador do Partido | 2,72*** (0,13) | — | 2,71*** (0,13) |
| Votação do Candidato à Governador | 0,14*** (0,00) | — | 0,14*** (0,00) |
| Presença de Prefeito do Partido | 7,11*** (0,16) | — | 7,11*** (0,16) |
| 1998 | 0,12 (0,13) | 0,50*** (0,14) | 0,14 (0,11) |
| 2002 | 2,75*** (0,18) | 6,53*** (0,19) | 2,82*** (0,12) |
| 2006 | 1,49*** (0,28) | 6,12*** (0,30) | 1,6*** (0,14) |
| 2010 | 3,6*** (0,38) | 8,57*** (0,41) | 3,75*** (0,15) |
| 2014 | 1,56*** (0,38) | 7,57*** (0,41) | 1,7*** (0,15) |

⁶ Os valores dos coeficientes das variáveis incluídas nos modelos com logs – renda per capita e densidade populacional – já estão exponencializadas nas tabelas.

| | | | |
|------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Constante | 1,65*** (1,41) | 1,64*** (0,09) | -5,71*** (1,58) |
| R ² within | 0,43 | 0,28 | 0,43 |
| R ² between | 0,51 | 0,01 | 0,51 |
| R ² overall | 0,43 | 0,15 | 0,43 |
| Rho | 0,42 | 0,48 | 0,42 |

Fontes: TSE, CEM/CEBRAP, IBGE. Cálculo e elaboração dos autores.

Nota: Significância estatística ao nível de *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$. Erro-padrão entre parênteses.

A análise dos ajustes dos modelos mostra que as variáveis políticas explicam uma variação maior da votação do PT na Câmara do que as variáveis socioeconômicas. Tanto o modelo 1, que inclui todas as variáveis, quanto o modelo 3, que controla apenas as variáveis políticas, apresentam 43% de variância total explicada (R² overall), sendo que 42% desta variância é predita pelo efeito fixo (rho)⁷. O modelo 2 que controla o efeito das variáveis socioeconômicas explica apenas 15% da variância da votação do PT nos municípios. Estes resultados indicam que as variáveis políticas incluídas nos modelos em conjunto possuem maior potencial explicativo sobre a votação do PT nos municípios.

As dummies de ano eleitoral (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) apresentam a evolução do desempenho do PT tendo como referência o ano de 1994. Os modelos 1 e 3 tem coeficientes parecidos e indicam um desempenho variável. Os coeficientes não são significativos para o ano de 1998. No ano de 2002 o partido apresentou um aumento de mais de 2% de sua votação. Porém, em 2006 o aumento de seu desempenho foi menor, em torno de 1,5%. Em 2010 o desempenho cresce em patamares maiores, girando em torno de 3,5%. No ano de 2014 o crescimento foi reduzido, voltando ao patamar de 2006.

No entanto, ao controlarmos apenas as variáveis socioeconômicas no modelo 2 as dummies de ano apresentam coeficientes numericamente mais substantivos, variando na casa dos 6% entre os anos de 2002 e 2006 e aumentando para 8,5% em 2010 e 7,5% em 2014. Assim, apesar de terem influência menor na explicação do voto do PT, representando apenas 15% da variância explicada na ausência das variáveis políticas (modelo 2), as variáveis socioeconômicas foram importantes para o crescimento da votação nos municípios ao longo do tempo.

Quanto às variáveis políticas, os modelos mostram a importância da presença de membros do partido em cargos executivos subnacionais em seu desempenho nas eleições para a Câmara. A presença de um governador do estado do PT aumenta em média 2,7% da sua votação, enquanto a presença de um prefeito do partido tem um efeito ainda maior, representando um aumento de 7,1% na votação para a Câmara. A votação dos candidatos à Presidência e aos governos de estado, contudo, foram reduzidas, apesar de positivas. O aumento de 1% na votação do candidato à presidente no primeiro turno significou um aumento de 0,09% da votação para a Câmara. A votação para governador representou um aumento de 0,1%. A variável “Participação no Governo” foi omitida dos modelos por apresentar alta multicolinearidade.

Com relação às variáveis socioeconômicas, apenas duas variáveis foram estatisticamente significativas no modelo 2, a porcentagem de população urbana e a renda per capita. Ambas as variáveis apresentam impacto positivo na votação para a

⁷ Ou seja, como anteriormente elucidado, a variância explicada pelo efeito fixo (rho) diz respeito às variáveis não incluídas no modelo e que são constantes ao longo do tempo. Neste sentido, essas variáveis não

Câmara. No modelo 1, o aumento de 1% da população urbana representou um aumento de 0,01% na votação do partido nos municípios, enquanto no modelo 2 esse aumento foi de 0,20%. Quanto à renda per capita o modelo 2 mostra que o aumento de um real na renda significou um aumento de 5,47% na votação do partido na Câmara.

Estes resultados poderiam indicar sentido contrário a hipótese proposta neste trabalho. No entanto, os modelos longitudinais apresentam o impacto das variáveis no conjunto dos anos. Desta forma, é preciso verificar se as características socioeconômicas das bases de apoio do PT para a Câmara se modificaram ao longo do tempo. Os modelos 4 e 5 repetem as variáveis controladas no modelo 2, porém incluindo as interações entre as dummies de ano eleitoral e as variáveis porcentagem de população urbana e renda per capita, respectivamente. Os resultados são apresentados na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Modelos de Mínimos Quadrados Generalizados com Efeitos Fixos e Interações com variáveis demográficas – Variável dependente: porcentagem da votação para a Câmara dos Deputados por município e ano do PT.⁸

| | Modelo 4 -Interações Ano e População Urbana | Modelo 5 -Interações Ano e Renda per Capita (log) |
|--|--|--|
| População Urbana (%) | 0,02*** (0,00) | 0,03*** (0,00) |
| Densidade Populacional (hab/km ²) | 1,37 (0,17) | 1,82 (0,17) |
| Escolaridade (%) | 0,02 (0,01) | -0,02 (0,01) |
| Renda per Capita (R\$) | 0,86 (0,31) | 0,63 (0,31) |
| 1998 | - 0,13 (0,31) | - 3,52** (1,15) |
| 2002 | 4,29*** (0,34) | - 12,28*** (1,18) |
| 2006 | 7,94*** (0,43) | 13,80*** (1,33) |
| 2010 | 12,74*** (0,52) | 24,68*** (1,43) |
| 2014 | 13,47*** (0,52) | 26,86*** (1,43) |

⁸ Optamos por desenvolver os modelos com as interações com base no modelo 2 e não com o modelo completo 1 para que fossem mais parcimoniosos, mesmo com o prejuízo de não controlar o efeito das variáveis políticas. Os coeficientes das variáveis que foram logaritimizadas para a elaboração do modelo – densidade populacional e renda per capita – são apresentados na tabela exponencializados.

| | | |
|---|---------------------|---------------------|
| Interação variável socioeconômica e 1998 | 0,01** (0,00) | 0,80*** (0,21) |
| Interação variável socioeconômica e 2002 | 0,04*** (0,00) | 3,45*** (0,21) |
| Interação variável socioeconômica e 2006 | - 0,02*** (0,00) | - 1,09*** (0,23) |
| Interação variável socioeconômica e 2010 | - 0,06*** (0,00) | - 2,38*** (0,24) |
| Interação variável socioeconômica e 2014 | - 0,08*** (0,00) | -2,90*** (0,24) |
| Constante | 2,01*** (1,60) | 4,99** (1,64) |
| R ² Within | 0,29 | 0,30 |
| R ² Between | 0,01 | 0,03 |
| R ² Overall | 0,16 | 0,14 |
| Rho | 0,49 | 0,51 |

Fontes: TSE, CEM/CEBRAP, IBGE. Cálculo e elaboração dos autores.

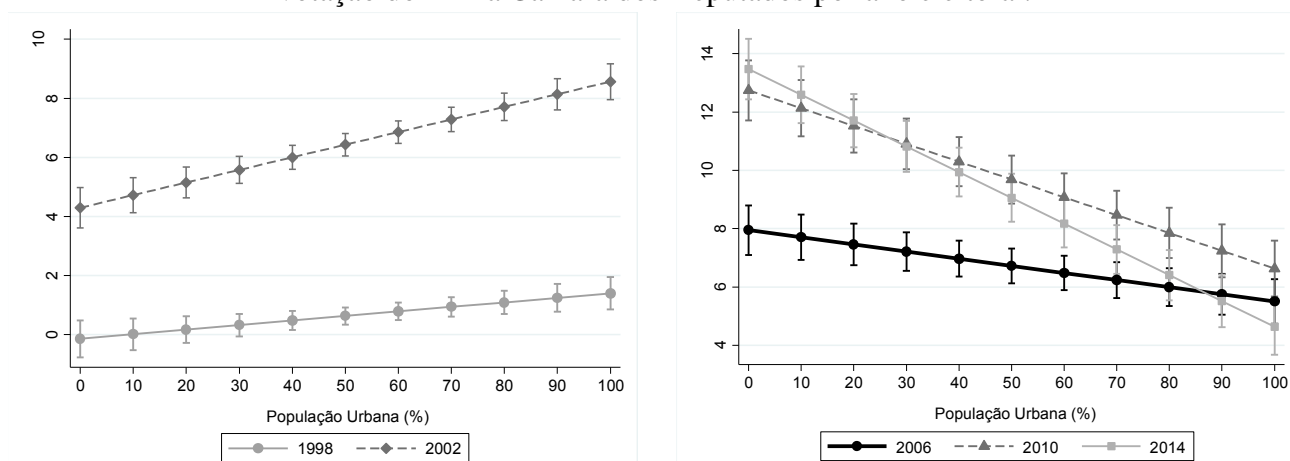
Nota: Significância estatística ao nível de *** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05. Erro-padrão entre parênteses.

Como explicado na seção sobre os métodos, os termos de primeira ordem das interações estão captando o efeito da população urbana e da renda per capita sobre a votação quando as variáveis dummies de ano eleitoral tem o valor zero. O mesmo ocorre com os coeficientes das dummies; elas estão captando o efeito do ano eleitoral sobre o voto quando a população urbana ou a renda per capita tem valor igual a zero. Os coeficientes dos termos das interações, neste sentido, não apresentam interpretação substantiva uma vez que não existem municípios com população urbana ou renda per capita com valor zero.

No entanto, as interações em si apresentam o impacto de cada uma dessas variáveis no ano eleitoral controlado, permitindo observar a mudança do efeito delas com o passar dos anos. Em ambos os modelos as interações são estatisticamente significativas e seus coeficientes indicam uma mudança na relação entre as variáveis socioeconômicas e a votação do PT a partir do ano de 2006. As interações entre ano e renda per capita são as que apresentam maior impacto; em 2002 o aumento de um real na renda corresponde ao aumento de 3,45% na votação para a Câmara. Porém, em 2006 o aumento de um real representou um decréscimo na votação do PT em 1%. A relação negativa entre renda e voto se mantém nas eleições de 2010 e 2014, correspondendo a um decréscimo de 2,3 e 2,9% na votação para o aumento de um real na renda.

Uma vez que os termos primários das interações não fornecem interpretação substantiva, para obtermos alguma informação sobre essas variáveis elaboramos os gráficos 6 e 7 abaixo com o efeito marginal delas, tendo 1994 como ano de referência.

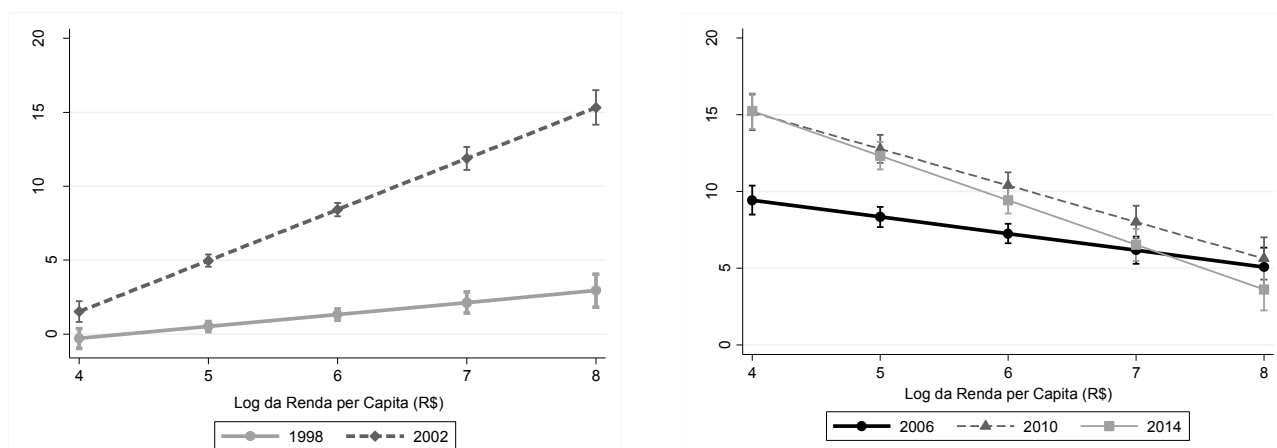
Gráfico 6 – Efeito marginal da porcentagem de população urbana sobre a votação do PT na Câmara dos Deputados por ano eleitoral.



Fontes: TSE, CEM/CEBRAP, IBGE. Cálculo e elaboração da autora.

Nota: Intervalo de confiança à 95%.

Gráfico 7 - Efeito marginal da porcentagem da renda per capita sobre a votação do PT na Câmara dos Deputados por ano eleitoral.



Fontes: TSE, CEM/CEBRAP, IBGE. Cálculo e elaboração da autora.

Nota: Intervalo de confiança à 95%.

Os gráficos demonstram uma mudança na evolução do impacto das variáveis renda e população urbana sobre o voto. Nos anos de 1998 e 2002 a votação do PT na Câmara era maior em municípios mais urbanizados e com maior renda per capita⁹. Nas últimas três eleições (2006, 2010 e 2014) o partido passou a apresentar votação maior em municípios com renda per capita e porcentagem de população urbana mais baixos. A

⁹ A estatística não é significativa para valores de renda per capita e porcentagem de população urbana em que a reta de predição ou os intervalos de confiança cortam o valor zero no eixo Y. Para o ano de 1998 os municípios com índices mais baixos de urbanização e renda a estatística não é significativa.

sobreposição das curvas e dos intervalos de confiança nestes anos indica que a diferença das votações entre um ano e outro não é significativa, apesar da estatística de cada ano ser. Em suma, a mudança da inclinação das curvas entre os anos de 2002 e 2006 e a continuação desta tendência nas eleições seguintes demonstra a mudança das características socioeconômicas das bases de apoio do PT na Câmara.

Os gráficos 6 e 7 mostram que a inclinação das retas é mais acentuadas em 2010 e 2014 do que em 2006. Isto explica, em parte, os motivos que levaram a literatura acadêmica prévia a apontar um divórcio entre os votos *lulistas* e *petistas* nesta eleição. Além disto, a tese do divórcio sustentada, sobretudo, no artigo de Soares e Terron (2010) utiliza de métodos de análise espacial, chegando à conclusão de que os territórios eleitorais de Lula e do PT naquela eleição foram distintos. As análises das bases sociais desenvolvidas neste trabalho demonstram que esta separação é apenas espacial/territorial; as variáveis socioeconômicas da votação para a Câmara seguem a direção da votação de Lula em 2006.

Isto quer dizer que outros municípios com características socioeconômicas similares aos das bases sociais do Lula também tiveram alta votação nos candidatos do PT para a Câmara; contudo, o Índice de Moran Local utilizado pelos autores calcula a correlação entre o voto, as variáveis socioeconômicas e uma matriz de vizinhança. Pode-se esperar, no entanto, que o partido tenha sido bem votado em outras áreas em que o efeito de vizinhança não é significativo, porém as características socioeconômicas são similares aos do voto para presidente. Nossos resultados indicam que foi isso que ocorreu em 2006.

O modelo 6 apresentado na tabela 3 abaixo testa, justamente pela atenção recebida pela literatura especializada, o efeito do impacto do programa Bolsa Família na votação do partido nas eleições para a Câmara dos Deputados. O período analisado é reduzido, abarcando apenas as eleições em que o programa Bolsa Família já havia sido implantado, quais sejam, os anos de 2006, 2010 e 2014. O ano de referência é 2006. A variável renda per capita foi retirada para que não constassem duas variáveis de renda no modelo.

Tabela 3 – Modelos de Mínimos Quadrados Generalizados com Efeitos Fixos – Variável dependente: porcentagem da votação para a Câmara dos Deputados por município e ano do PT. Controle: Impacto do Bolsa Família sobre a Renda

| | Modelo 6 |
|---|--------------------|
| População Urbana (%) | 0,02 (0,02) |
| Densidade Populacional (hab/km ²) | 1,41 (0,86) |
| Escolaridade (%) | -0,16*** (0,05) |
| Votação do Candidato à Presidência | 0,12*** (0,00) |
| Presença de Governador do Partido | 2,39*** (0,20) |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Votação do Candidato à Governador | 0,09*** (0,00) |
| Presença de Prefeito do Partido | 4,96*** (0,23) |
| Impacto do Bolsa Família sobre a Renda per Capita | $-5,25e^{-06}$ $(8,40e^{-06})$ |
| 2010 | 3,28*** (0,40) |
| 2014 | 1,73*** (0,41) |
| Constante | 5,60 (2,92) |
| R ² within | 0,15 |
| R ² between | 0,19 |
| R ² overall | 0,18 |
| Rho | 0,61 |

Fontes: TSE, CEM/CEBRAP, IBGE. Ministério da Assistência Social. Cálculo e elaboração dos autores.
Nota: Significância estatística ao nível de *** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05. Erro-padrão entre parênteses.

O modelo da tabela 3 mostra que o programa Bolsa Família não apresenta relação estatisticamente significativa com a votação do partido na Câmara dos Deputados. Este resultado converge com análises realizadas anteriormente pela literatura (Soares e Terron, 2010; Zucco, 2013). Todas as outras variáveis políticas do modelo possuem significância estatística e sentido positivo na votação do partido. O PT apresenta melhor desempenho para a Câmara dos Deputados de acordo com o crescimento da votação dos seus candidatos a presidência e a governador a nível municipal, assim como amplia sua votação de acordo com a presença de governador e de prefeito do partido no momento da eleição. Estes resultados, lidos em conjunto com os modelos tratados acima, indicam que o bom desempenho eleitoral do PT e sua presença em cargos executivos subnacionais são os principais fatores explicativos para sua votação para a Câmara.

7. Conclusão

Este trabalho teve como objetivo suprir uma lacuna encontrada na literatura sobre comportamento eleitoral no Brasil em relação à votação do PT para a Câmara dos Deputados. Seu propósito foi trazer novos elementos para a compreensão do desempenho eleitoral deste partido, em especial, avaliar se faria sentido pensar em uma disjuntiva entre o *petismo* e *lulismo* do ponto de vista eleitoral, como propõe a literatura ao analisar as eleições de 2006 (Soares e Terron, 2010; Singer, 2012). A partir desta investigação, seria possível refletir sobre os impactos de estar doze anos a frente da Presidência da República sobre um partido político caracterizado, no contexto de seu surgimento, como experiência única de partido de massas na histórica democrática

brasileira, constituído a partir das grandes metrópoles urbanas e com fortes laços com setores organizados da sociedade civil brasileira (Meneguello, 1989). Neste contexto, para além de verificar a base social de sua votação, tornou-se também importante investigar quais variáveis possuíam maior capacidade para explicar o desempenho eleitoral do PT.

Nossos resultados corroboram a hipótese do trabalho. A partir de 2006, o perfil socioeconômico e demográfico do voto petista começa a sofrer alterações que seriam intensificadas nas eleições seguintes. Essas alterações caminham em sentido convergente com a mudança detectada pela literatura ao abordar os votos de Lula na sua reeleição. Em outras palavras, o voto petista cresce em cidades de menor contingente populacional e amplia seu desempenho acima da média nacional na região nordeste, assim como, exhibe melhores resultados de acordo com a diminuição da renda per capita e taxa de urbanização dos municípios. O PT ainda possui desempenho importante no sudeste e seu pior resultado em cidades com maior população ocorreu somente em 2014. No entanto, os sentidos das mudanças quando comparadas ao *lulismo* exibem perfil similar.

Chama atenção a análise sobre o papel das variáveis políticas nesta alteração. O programa Bolsa Família não afetou esta reordenação dos votos petistas. Seu impacto é nulo estatisticamente. Ao contrário, a presença de prefeito do PT no município aparece como principal variável capaz de explicar o desempenho eleitoral dos seus candidatos à Câmara dos Deputados.

É preciso investigar com maior profundidade estes achados. No entanto, nossa intuição – constituída com forte evidência nos dados aqui apresentados - diz que o acesso à máquina pública municipal vem se tornando elemento central ao sucesso eleitoral do PT. A partir de sua chegada à Presidência da República, o PT tem avançado eleitoralmente rumo às prefeituras de cidades menores, sobretudo na região nordeste. Uma hipótese levantada a partir deste trabalho e que merece investigação mais aprofundada no futuro é a evolução da presença do partido em cargos subnacionais tem sido a ponte para a mudança da distribuição demográfica e socioeconômica dos votos petistas. Ao lado deste fenômeno, o recorrente envolvimento de lideranças do Partido com denúncias de corrupção parece afastar cada vez mais seus candidatos das grandes cidades brasileiras. Esta inferência se torna possível diante dos péssimos resultados de 2006 e 2014 nas cidades com mais de 500.000 habitantes, pleitos em que a dinâmica eleitoral foi provavelmente afetada pelas denúncias relativas ao “mensalão” e à Petrobrás, respectivamente.

Se o *lulismo* alterou suas bases pela via da inclusão social e distribuição de renda por meio do programa Bolsa Família, garantindo assim uma recompensa por parte dos eleitores mais pobres capaz de consagrar seus candidatos vitoriosos nas três eleições presidenciais seguintes (Zucco, 2008; Nicolau, 2015), o petismo parece se sustentar sobre bases mais frágeis e de impacto mais arriscado na trajetória histórica do PT. Ser recompensado por eleitores pobres que ascenderam socialmente é a marca do *lulismo* e esta característica que converge perfeitamente com objetivos estratégicos da fundação do PT (Zucco e Samuels, 2014). Por outro lado, o petismo parece ser caracterizado pela sua diminuição nas grandes cidades e dependência eleitoral de seus prefeitos e governadores. Seu desempenho eleitoral não parece resultar diretamente de recompensa de determinada política pública ou de identificação de eleitores mais pobres com o partido. A convergência entre *petismo* e *lulismo* parece ter potencial arriscado à sua trajetória enquanto partido político único na recente história democrática brasileira.

Referências Bibliográficas

Bohn, Simone . Social Policy and Vote in Brazil Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base. *Latin American Research Review*. Vol 46, n.1, p. 54–79, 2011.

Carraro, André et al. *É a Economia, Companheiro: Uma Análise Empírica Da Reeleição de Lula Com Base Em Dados Municipais*. Ibmecc MG Working Paper, 2007

Hunter, Wendy., & Power, Timothy Jr. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, 49(1), 1–30, 2007.

Nunes, Marcia Cavallari et al. *2010 electoral scenario: changes and continuities in the post-Lula Brazilian electoral behavior*. Paper presented at the WAPOR 63rd Annual Meeting, Chicago, 2010.

Rennó, Lúcio and Andrea Cabello. As Bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25(74): 39–60, 2010.

Nicolau, Jairo. Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014. *Em Debate*. Belo Horizonte, v.7, n.2, p.29-41, abr. 2015.

Nicolau, Jairo, & Peixoto, Vitor. Uma disputa em três tempos : uma análise das bases municipais das. In *XXXI Encontro Anual da ANPOCS* (pp. 1–24). Caxambú, 2007

Rennó, Lúcio and Andrea Cabello. 2010. “As Bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25(74): 39–60.

Samuels, David. Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, vol.48, nº.2, p.1-27, 2006.

Samuels, David ; Zucco Jr, Cesar. Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics. *Journal of Politics in Latin America*, v. 3, p. 129-158, 2014.

Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

Soares, Glaucio Ary Dillon., & Terron, Sonia. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. *Opinião Pública*, 14(2), 269–301, 2008.

_____. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, 16(2), 310–337, 2010.

Veiga, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 13, p. 340-365, 2007

Venturi, Gustavo. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 5, p. 197-214, 2010.

Zucco Jr, Cesar. The President's "New" Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies*, 40(01), 29-49, 2008.

Zucco Jr., Cesar. When Payouts Pay Off: Conditional Cash Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002-10. *American Journal of Political Science*, v. 57, p. 810-822, 2013.

Zucco Jr., Cesar; Power, Timothy . Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002-2006: A Reply to Bohn. *Latin American Research Review*, v. 48, p. 3-24, 2013